

A HISTÓRIA SE REPETE

Recessão Induzida = Coma Induzido

Como retomar o crescimento sem mais arrocho



B1 | DOMINGO, 14 DE MAIO DE 2016

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

DESAFIOS DO BRASIL

Em seis anos, os brasileiros deixaram de gastar em produtos e serviços, em termos reais, o equivalente a R\$ 1,6 trilhão, o que representa, em dólares, um valor próximo ao do PIB argentino; para economistas, a volta aos patamares anteriores será lenta

Consumo no Brasil volta aos níveis de 2010

Márcia de Chiora
Nolana Oscar

Com as famílias endividadas e o fantasma do desemprego rondando a economia, o consumo - que já foi o motor de crescimento do País - deve chegar ao fim deste ano no mesmo nível de 2010, se desconta a inflação. A expectativa para 2016 é que o total de gastos dos brasileiros com produtos e serviços chegue a R\$ 1,88 trilhão, segundo projeções da IPEC Marketing - seis anos atrás, em números reais, era de R\$ 1,87 trilhão. Em 2014, essa cifra chegou a R\$ 4,3 trilhão.

"A queda que houve em 2015 e a que é esperada para este ano anulam o crescimento que ocorreu entre 2011 e 2014", diz Marcos Pazini, responsável pelo es-

timar e fica pouco abaixo do PIB da Argentina também em 2014 (US\$ 537 bilhões).

O consumidor, na prática, vê isso no dia a dia. O carrinho de supermercado não é mais o mesmo, o plano de trocar de carro ou de comprar um imóvel foi adiado, as férias no exterior voltaram a ser uma meta de longo prazo. "Uma das diferenças desta crise é que, agora, o brasileiro tem uma sensação de perda muito maior", diz Renato Meirelles, do Instituto Data Populair.

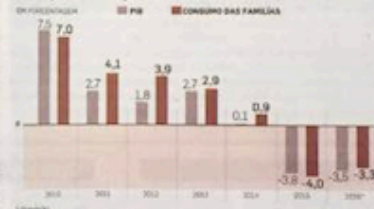
Por quatro anos consecutivos, de 2011 a 2014, a taxa de crescimento do consumo das famílias superou o desempenho do PIB. No ano passado, pela primeira vez, o consumo caiu 4% e superou a retração do PIB, de 1,8%. Para este ano, a projeção é de uma queda de 1,3% no consumo, enquanto o PIB não

recreação e cultura, mensalidade escolares, alimentação no domicílio e gastos com viagens.

O que aconteceu no setor automotivo é emblemático para entender esse processo de ascensão e queda do consumo, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados. "O governo não entendeu que a demanda começou a cair e continuou esti-

MARCHA À RÉ

Varição em relação ao ano anterior



Fonte: IPECE/IBGE, IPECE/IBGE, IPECE/IBGE, IPECE/IBGE, IPECE/IBGE, IPECE/IBGE, IPECE/IBGE

mulando a capacidade de produção", diz. Hoje, as montadoras estão preparadas para produzir 5 milhões de unidades por ano, mas fazem apenas 2 milhões. No setor, as estimativas são de que se leve pelo menos uma década para retomar os níveis recorde de venda.

Em quanto tempo o mercado consumidor como um todo vai se recuperar é uma previsão que os economistas ainda não conseguem fazer. "As famílias

Período de ajustes

Desafio é fazer com que todos cedam, diz Schymura
Pág. B6

Saída da UTI
Para Giannetti, economia pode ir à convalescença
Pág. B4

Mercado automotivo deve levar dez anos para se recuperar. Pág. B3

estão muito endividadas. Primeiro, terão de pagar suas contas para depois voltar a consumir", diz Zelma Latif, economista chefe da XP Investimentos. "Será uma recuperação lenta."

O caminho, dizem os economistas, pode ser mais curto do que se imagina se a equipe do presidente em exercício Michel Temer conseguir, como vem dizendo, retomar a confiança do mercado.

"Esse é um fator que não é possível medir, mas pode ser um acelerador", diz Adriano Pitoli, da consultoria Tendências. Essa, diz ele, é uma forma de subir o abismo de elevador e recuperar parte do mercado consumidor com certa agilidade. Os últimos andares, no entanto, só dá para subir de escada e os degraus não facilitam. "É preciso estabilizar a economia, fazer o ajuste fiscal, reduzir taxa de juros, controlar a inflação, não tem outra saída."

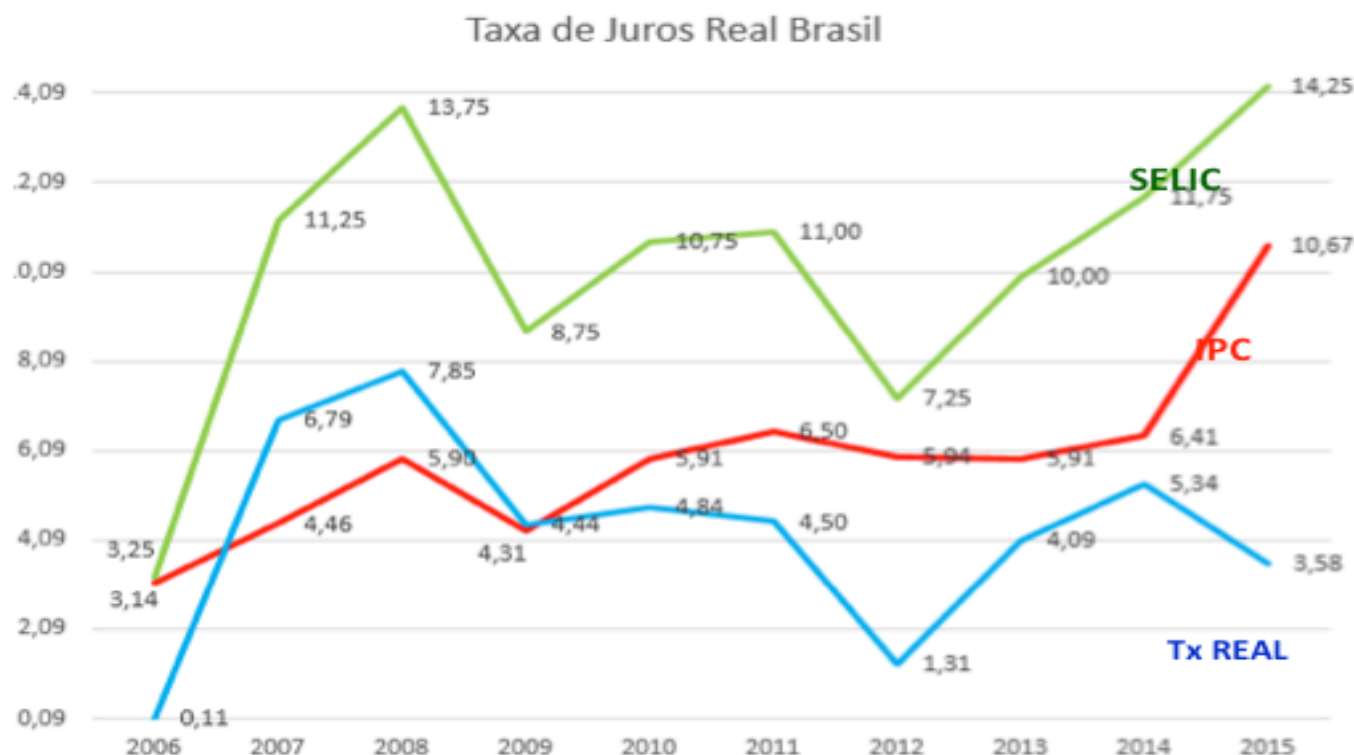
CIDADE UNIVERSITÁRIA / PRONTO PARA MORAR

UPcon 10 ANOS

COMA INDUZIDO
CORTA CRÉDITO
AUMENTA FORTEMENTE JUROS



NÃO MAIS COMBATER INFLAÇÃO com RECESSÃO e JUROS



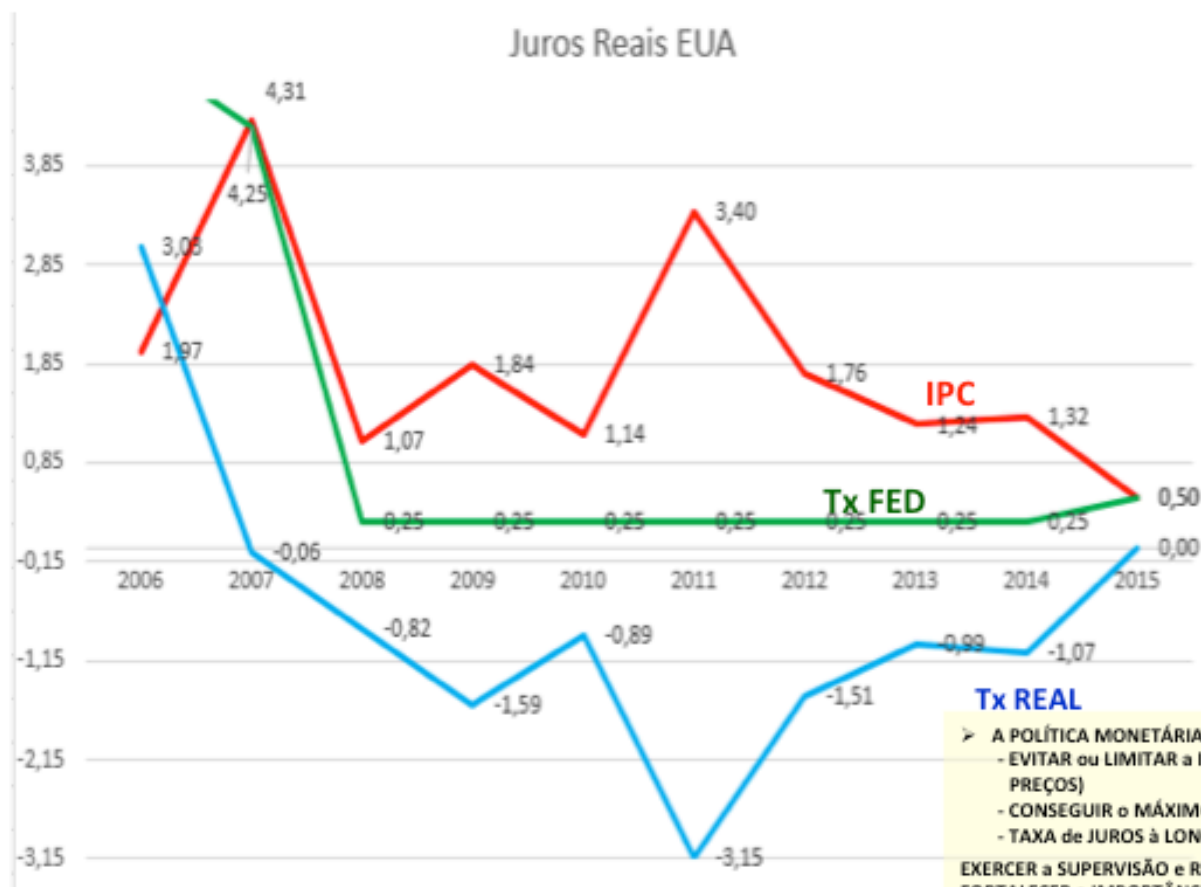
SELIC 14,25% ao Ano / IPC a 10,47% / Juro Real 3,58% ao Ano
 SELIC 3,00% ao Ano / IPC a 10,47% / Juro Real -7,47% ao Ano

Observe que o Brasil **INSISTE** em controlar a inflação **via aumento** da taxa de juros.

DETONANDO a ECONOMIA NACIONAL !!!

Economias Modernas NÃO controlam a INFLAÇÃO com aumento da taxa do JUROS!!!

NÃO MAIS COMBATER INFLAÇÃO com RECESSÃO e JUROS



“Observe que os EUA não utilizam os juros para controlar a inflação”.

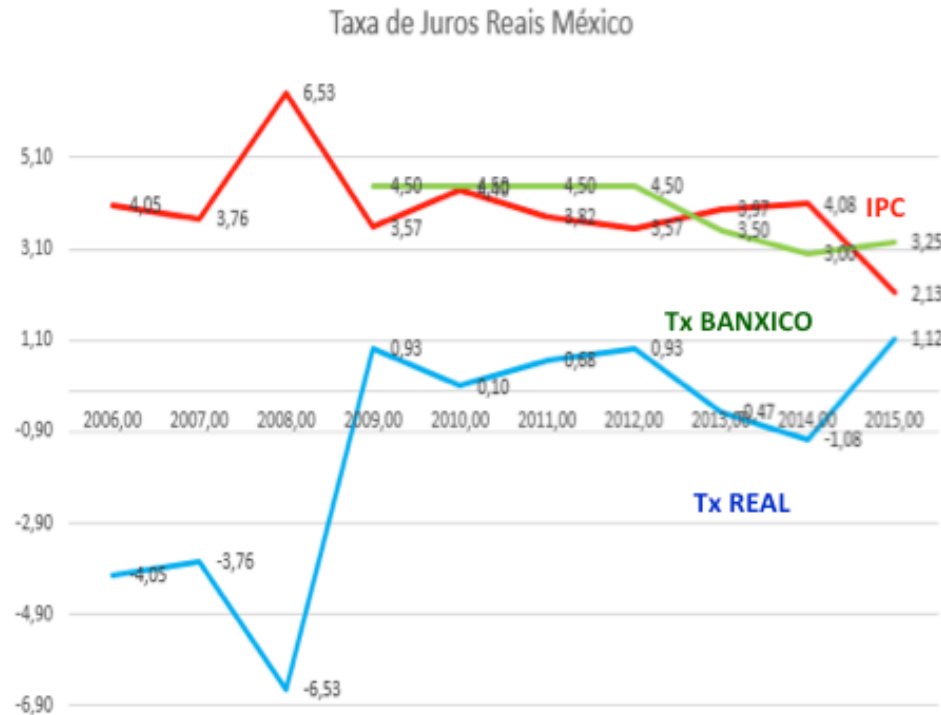
- Tx REAL**
- A POLÍTICA MONETÁRIA + a RESERVA MONETÁRIA têm como OBJETIVO:
 - EVITAR ou LIMITAR a INFLAÇÃO e a DEFLAÇÃO (ESTABILIDADE de PREÇOS)
 - CONSEGUIR o MÁXIMO de EMPREGOS
 - TAXA de JUROS à LONGO PRAZO MODERADAS.
- EXERCER a SUPERVISÃO e REGULAÇÃO dos BANCOS PRIVADOS.
FORTALECER a IMPORTÂNCIA dos EUA na ECONOMIA MUNDIAL
EVITAR ou REMEDIAR o PÂNICO nos BANCOS (BANKING PANIC)

NÃO MAIS COMBATER INFLAÇÃO com RECESSÃO E JUROS



“Observe que a Espanha também não utiliza os juros para controlar a inflação”.

NÃO MAIS COMBATER INFLAÇÃO com RECESSÃO e JUROS



“Observe que o México também não utiliza os juros para controlar a inflação”.





ESTADÃO POLÍTICA + ECONOMIA + INTERNACIONAL + ESPORTES + SÃO PAULO

Política

ÚLTIMAS | BROADCAST POLÍTICO | ELEIÇÕES+ | ESTADÃO DADOS | BLOGS | CÔLUNAS | AO VIVO

Estados usam R\$ 17 bilhões de depósitos judiciais para fechar as contas em 2015

Dinheiro

HOME | NOTÍCIAS | BLOGS E CÔLUNAS | ÍNDICES | TV DINHEIRO | REVISTA

NOTÍCIAS ECONOMIA

BCE corta taxas de juros, amplia compras de ativos e anuncia novas TLTROs

URGENTE 10:18

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu hoje cortar suas principais taxas de juros, ampliar o volume mensal de compras de seu programa de refinanciamento quantitativo (QE), na sigla em inglês, e lançar uma nova série de quatro operações de refinanciamento de longo prazo direcionadas, as chamadas TLTROs, como parte de um pacote de medidas para estimular a economia e a inflação da zona do euro.

Após reunião de política monetária, o BCE anunciou que reduziu sua taxa de refinanciamento, que é cobrada sobre empréstimos regulares concedidos ao setor bancário, de 0,25% para a mínima histórica de 0%, a taxa de depósito também foi cortada, de -0,30% para -0,40%, o que significa que os bancos comerciais pagarão ainda mais para manter recursos excedentes depositados no BCE.

O BCE também anunciou que vai ampliar as compras mensais de QE, de 10 bilhões de euros para 12 bilhões de euros, a partir de abril.

Além disso, será lançada, em junho, uma nova série de quatro TLTROs, por meio das quais o BCE oferece empréstimos de longo prazo aos bancos, com a condição de que as instituições financeiras ampliem o crédito às empresas.

Logo mais, a partir das 10h30 (de Brasília), o presidente do BCE, Mario Draghi, irá falar em entrevista coletiva para comentar as decisões de hoje. (Sergio Caltas, com informações de Dore Jones Housheer - sergio.caltas@estadao.com)

ESTADÃO POLÍTICA + ECONOMIA + INTERNACIONAL + ESPORTES + SÃO PAULO

E&N

ÚLTIMAS | INDICADORES+ | BROADCAST | FATOS RELEVANTES | GOVERNANÇA | NEGÓCIOS | SEU NF

Crise pode anular efeito do aumento de imposto

ATINA CARVALHO PAPP - SÃO PAULO E BRUNA TORRESZELLI - RIO - INVESTIDORES CENEBRIG Mergo 2x6 | NH CO - Abatizado: 03 Mergo 2x6 | NH CO

Com economia em retração, produção das empresas recua e a base tributável

A nova leva de impostos vai pressionar a carga tributária do País em sua arrecadação final pode cair, avaliam especialistas, frustrando planos de

NOTÍCIAS ECONOMIA

De cada 100 imóveis vendidos, 41 foram devolvidos às construtoras em 2015

15/01/2016 07:42

Imprimir | Compartilhar

Se o setor imobiliário tivesse de escolher uma palavra para se lembrar de 2015, ela certamente seria "distrato" - jargão usado pelas empresas, e agora também conhecido dos consumidores, para devolução de imóveis comprados na planta. Esse foi o pesadelo de incorporadoras e proprietários de imóveis novos no ano passado, quando o setor registrou recordes históricos no volume de devoluções. O levantamento mais recente da agência de classificação de riscos Fitch, com nove companhias, mostra que, de cada 100 imóveis vendidos, 41 foram devolvidos de janeiro a setembro de 2015. Isso significa quase R\$ 5 bilhões de volta na prateleira de venda das grandes empresas.

"Historicamente, o porcentual de distratos girava em torno de 10%, um patamar saudável para a indústria", diz Meyer Nigri, fundador da Tecnisa e vice-presidente da Abrainc, associação que reúne as 18 maiores companhias do setor. Os distratos sempre existiram, mas eram exceção, pois o comprador que decidia se desfazer de uma unidade até a entrega das chaves em geral conseguia negociá-lo com outro interessado por um valor maior do

Valor

Home | Brasil | Política | Finanças | Empresas | Agricultura | Internacional | Opinião

Mercado | Crédito | Investimentos | Instituições Financeiras | Mais notícias +

09/01/2016 às 20:00

BCE estuda forma de compensar custo das taxas negativas

Por Tom Farnham e Matthew Gellman | The Wall Street Journal, 9

O Banco Central Europeu está estudando maneiras de reduzir o custo das operações para os bancos.

QUASE 100 MIL LOJAS FORAM FECHADAS EM 2015

Cerca de 245 mil trabalhadores; no ano passado, 1

Donatella Amaral e Ediane Thomaz
28 fevereiro 2016 | 08h 37

O apelo à criação de uma rede de lojas deve ser 200h. Desempenho e os dos empresários também não? Ou seja, para outros

'Estrangeiro pode sair gradualmente do Brasil'

Por José de Castro | De São Paulo

O estrangeiro não está deixando o Brasil de forma maciça, mas as saídas podem se tornar estruturais conforme o tempo passa e o Brasil não dá sinais de resolução de suas crises política, econômica e fiscal. A avaliação é do economista e estrategista para a América Latina do Standard Chartered Bank, Italo Lombardi, para quem os rebaixamentos sofridos pelo Brasil apenas corroboram o grau de dificuldade da situação do país hoje.

"Ficar como está é ruim. Sem resolução do lado político e fiscal fica praticamente impossível o estrangeiro ficar disposto a montar posição de médio e longo prazos em Brasil", diz Lombardi, que vê "baixa probabilidade" de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O estrategista classifica a perspectiva como "nebulosa" e diz que a incerteza é tamanha que os desdobramentos dos cenários possíveis são quase "binários". "O estrangeiro está com o 'dedo no gatilho' esperando o momento de voltar ao Brasil. Mas para isso é preciso haver uma mudança firme de sinalização. Do contrário, ficar



Lombardi, do Standard Chartered Bank: para capital externo voltar ao país é preciso mudança firme de sinalização



NÃO COMBATER INFLAÇÃO com DESEMPREGO

Desemprego versus Política Monetária



Gasto do governo com juros quase dobra em um ano e chega a R\$ 540 bi

Sergio Lamucci
De São Paulo

Os gastos com juros do setor público atingiram R\$ 540 bilhões nos 12 meses até janeiro, o equivalente a 9,1% do PIB, um salto expressivo em relação aos 5,5% do PIB registrados em 2014. Nesse período, as despesas financeiras foram infladas especialmente pela alta da taxa de juros, o aumento da inflação e a desvalorização do câmbio.

No acumulado de 2016, esses gastos devem ser menores como proporção do PIB, devido à inflação mais baixa e às perspectivas para a moeda do real, que podem fazer o Banco Central ter gastos com os swaps cambiais. Ainda assim, continuará muito superior aos dispêndios com juros nominais de outros emergentes.

A conta com juros subiu 3,6 pontos percentuais do PIB entre o acumulado de 2015 e os 12 meses até janeiro. Deste total, os gastos relacionados a taxas de juros (como Selic, prefixadas e a Taxa Referencial) responderam por um terço dessa alta, passando de 3,3% para 4,5% do PIB, diz o economista-chefe da consultoria Tullet Perdon, Fernando Monteiro. A indexação de títulos a índices de preços contribuiu com 0,7 ponto percentual dessa alta, para 2,5% do PIB, enquanto os gastos com os swaps cambiais subiram de 0,5% para 2%

Trajetória de alta

Gasto com juros no Brasil e outros países



Comparação internacional - 2015

País	Em % do PIB
Argentina	2,0
Brasil	9,1
Chile	0,4
Colômbia	2,7
Espanha	0,3
México	1,3
Peru	0,4
Venezuela	1,5
Rússia	0,4
África do Sul	3,0
Turquia	1,4
Índia	4,4
Indonésia	0,6
Malásia	0,8

Fonte: Banco Mundial e Ministério do Planejamento
De janeiro a 2016

contra atualmente, isso impacta os gastos com juros, assim como o aumento da inflação, que



Guerra fiscal: resultado mensal não é melhor forma de aplicar contas públicas

da média do ano passado, de 13,5%, ou bastante próxima.

A diferença entre a remunera-

especialista em contas públicas. Estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostram que

do Brasil, a dívida pública em 2016 deve chegar a R\$ 1,5 trilhão, o que representa um aumento de 10% em relação a 2015.

do Brasil, a dívida pública em 2016 deve chegar a R\$ 1,5 trilhão, o que representa um aumento de 10% em relação a 2015.

FALTA de CONSCIÊNCIA CUSTA ao BRASIL = R\$ 56 BILHÕES MÊS **mas REDUZIRÁ para R\$ 12 BILHÕES mês = REDUZINDO SELIC para 3% ao ano**

Custo Mensal BRASIL com SELIC 14,25%

Custo da Dívida a **14,25%**

- Jan 16: R\$ 56 bilhões
- Custo de > R\$ 670 bilhões/ano

Custo da Dívida a **7,00%**

- No mês: R\$ 28 bilhões
- Economia de R\$ 336 bilhões/ano

Custo da Dívida a **3,00%**

- No mês: R\$ 12 bilhões
- Economia de R\$ 528 bilhões/ano

11 milhões de TRABALHADORES “DEMITIDOS”;
130 mil Lojas Fechadas / Falidas
Estados e Municípios financeiramente Falidos

SEM a Redução da SELIC, as soluções serão pagas pela POPULAÇÃO através do aumento dos Impostos. Também terão Resultados muito inferiores a Redução da SELIC para 3% ao ano

- CPMF arrecadaria apenas **R\$ 34 bilhões / ano**
- Reforma da PREVIDENCIA reduzirá **R\$7 bilhões / ano**
- Rolar dívidas Estados: **R\$ 30 bilhões/ ano**
- Mercado continuará travado e em queda
- Empregos → Chegará a 15 milhões de **DESEMPREGADOS**
- Perda de Escala Econômica **desastrosa.**
- Quebra do Brasil

Estados
Municípios
Empresas

ENTRAM em COLAPSO



Entrevista. Joseph Stiglitz, economista, vencedor do Prêmio Nobel

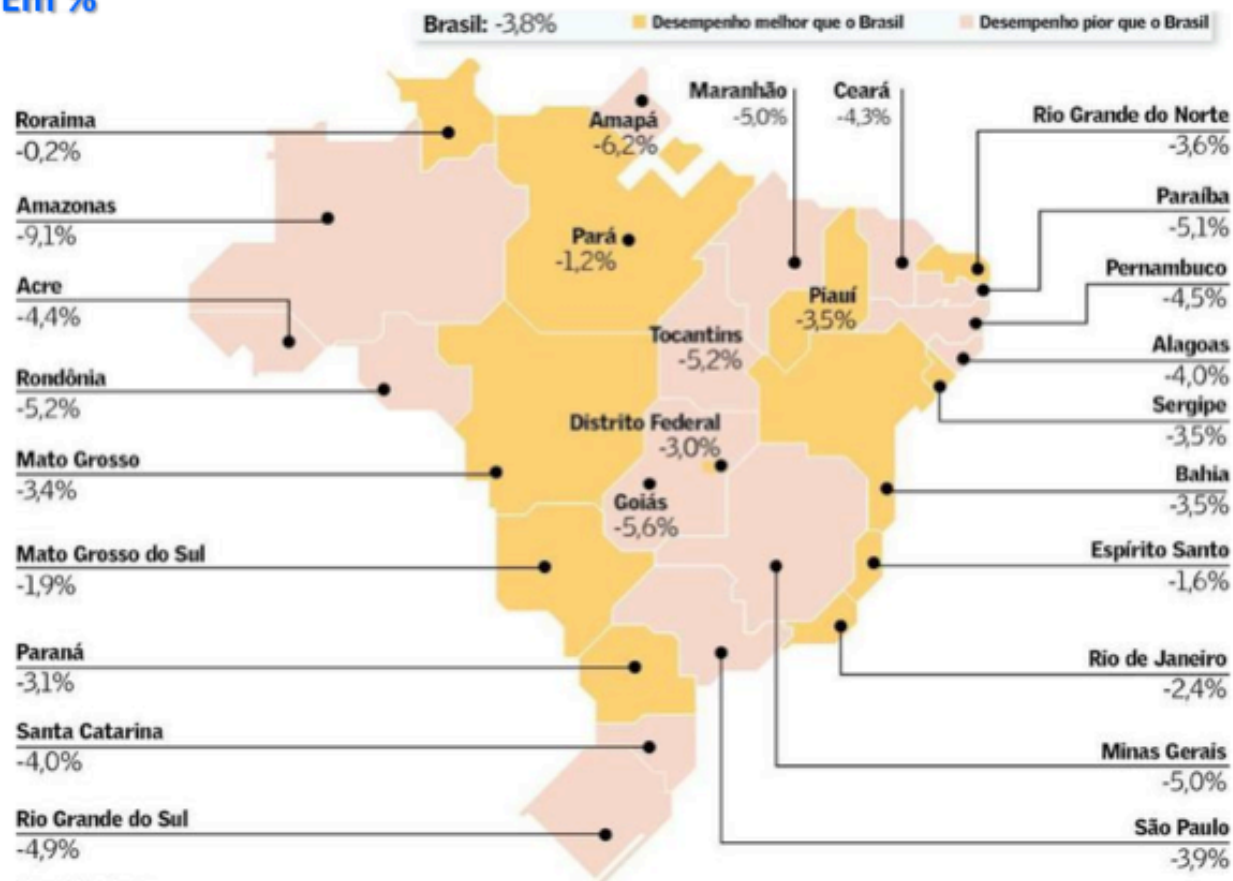
Para Stiglitz, política monetária deveria se contrapor aos efeitos depressivos da queda do preço do petróleo

‘O BC no Brasil estrangula a economia’

JUROS ALTOS – UM MODELO DESACREDITADO

PIB dos Estados Brasileiros em 2015

Em %



Fonte: IBGE/ VALOR 15 Janeiro 2016



“Brasil tem que ter também taxas de juros internacionalmente competitivas para as EMPRESAS, para os CONSUMIDORES e para os GOVERNOS.”

Bresser Pereira



Valor ECONÔMICO

Home | Brasil | Política | **Finanças** | Empresas | Agronegócios | Internacional | Opinião |
Mercados | Crédito | Investimentos | Instituições Financeiras | Mais setores ▼ | Consultório Financeiro

22/04/2016 às 05h00

Draghi defende juro baixíssimo

Por Claire Jones e Emily Cadman | Financial Times, de Frankfurt e Londres



Mario Draghi fez uma defesa acalorada das taxas de juros ultrabaixas do Banco Central Europeu (BCE) e de sua política monetária não convencional, ao rebater críticas da Alemanha à instituição que preside.

Em pronunciamento feito no dia em que o conselho diretor do banco central manteve inalteradas suas taxas de juros, após reduzi-las para recordes de baixa no mês passado, o presidente do BCE argumentou que o crescimento da zona do euro teria sido



Draghi, do BCE: "Nossas políticas funcionam, são eficazes, basta dar-lhes tempo para mostrarem plenamente seus efeitos"



Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta do **BRASIL**

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10,67%	10,67%	10,67%	10,67%
Crescimento	-3,8%	-3,8%	-3,8%	-3,8%
Dívida/Receita Líq.	66,10%	66,10%	66,10%	66,10%
Taxa Real	5,33%	3,58%	-3,67%	-7,67%
Produto	US\$ 1,43 Tri	US\$ 1,43 Tri	US\$ 1,43 Tri	US\$ 1,43 Tri
Novo Produto	US\$ 1,37 Tri	US\$ 1,37 Tri	US\$ 1,37 Tri	US\$ 1,37 Tri
Necessidade* Deficit / Superávit	6,27%	5,07%	0,08%	-2,65%

* Resultante do Acréscimo ou Redução da Dívida Bruta

Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta do Estado de Goiás

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10,67%	10,67%	10,67%	10,67%
Crescimento	-5,6%	-5,6%	-5,6%	-5,6%
Dívida/Receita Líq.	80%	80%	80%	80%
Taxa Real	5,33%	3,58%	-3,67%	-7,67%
Produto	R\$131 bi	R\$131 bi	R\$131 bi	R\$131 bi
Novo Produto	R\$123 bi	R\$123 bi	R\$123 bi	R\$123 bi
Necessidade* Déficit / Superávit	9,26%	7,7%	1.63%	-1,75%

* Resultante do Acréscimo ou Redução da Dívida Bruta

Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta do Estado W

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10,67%	10,67%	10,67%	10,67%
Crescimento	-2,4%	-2,4%	-2,4%	-2,4%
Dívida/Receita Líq.	178%	178%	178%	178%
Taxa Real	5,33%	3,58%	-3,67%	-7,67%
Produto	R\$ 637 Bi	R\$ 637 Bi	R\$ 637 Bi	R\$ 637 Bi
Novo Produto	R\$ 627 Bi	R\$ 627 Bi	R\$ 627 Bi	R\$ 627 Bi
Necessidade* Déficit / Superávit	14,09%	10,90%	-2,31%	-9,61%

* Resultante do Acréscimo ou Redução da Dívida Bruta

Simulação Impacto da SELIC sobre a Dívida Bruta das Empresas

SELIC	16%	14,25%	7%	3%
IPCA	10,67%	10,67%	10,67%	10,67%
Crescimento	-3,8%	-3,8%	-3,8%	-3,8%
Dívida/Receita	124%	124%	124%	124%
Taxa Real	5,33%	3,58%	-3,67%	-7,67%
Produto	R\$ 1,071 tri	R\$ 1,071 tri	R\$ 1,071 tri	R\$ 1,071 tri
Novo Produto	R\$ 1,030 tri	R\$ 1,030 tri	R\$ 1,030 tri	R\$ 1,030 tri
Necessidade* Déficit / Superávit	11,76%	9,51%	0,16%	-4,98%

A dívida das empresas já atinge 93% do PIB

Financiamento ao consumidor deve ter 2º ano de queda real

Se as projeções dos analistas se confirmarem, recuo será de 15% em dois anos, dificultando a retomada da atividade

Márcia De Chiara

- Principal alavanca do consumo, o crédito para o consumidor deve voltar a recuar este ano, como aconteceu em 2015. Segundo analistas, a recessão e o aumento do desemprego reduzem a confiança do consumidor para assumir financiamentos e dos bancos para conceder novos empréstimos, num cenário de juro alto e de inadimplência crescente.
- “O ano de 2016 será um dos piores para o crédito ao consumidor”, prevê o diretor de pesquisa econômica da GO Associados, Fabio Silveira. Essa também é a avaliação do presidente da Acrefi, associação que reúne as financeiras, Erico Ferreira, e de Luiz Rabi, economista da Serasa Experian, especializada

em análise de crédito.

Nas contas de Silveira, a retração no saldo das operações de crédito ao consumidor com recursos livres, que incluem cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, veículos e outros bens deve encerrar o ano com queda de 7%, descontada a inflação. O saldo da carteira de crédito ao consumidor com recursos livres terminou 2015 em R\$ 793 bilhões, segundo dados do Banco Central (BC).

Se as projeções se confirmarem, em dois anos – 2015 e 2016 – o tombo no crédito ao consumidor será de 15%, em termos reais. “É queda sobre queda”, ressalta Silveira. Ele observa que esse desempenho ruim tem desdobramentos na atividade e pode derrubar a economia mais uma vez em 2017. O economista sustenta essa previsão no fato de que o recuo no crédito ao consumidor registrado no ano passado foi responsável por quase a metade da retração de 4% do consumo das famílias no Produto Interno Bruto (PIB) de 2015.

Dados do início do ano já indi-

cam que 2016 será de recuo no financiamento ao consumidor. Por ora, a cautela no crédito é maior por parte de quem empresta do que do consumidor, que também tem receio de se endividar.

Segundo cálculos feitos a partir de dados do BC, em janeiro o volume de concessões de crédito livre voltado ao consumidor caiu 17,5% ante igual mês de 2015, descontada a inflação do período. Enquanto isso, a demanda por crédito apurada pela Serasa Experian, que mede o número de solicitações de consumidores – aprovadas ou não – teve retração de 2,6% ante janeiro de 2015. “A oferta de crédito por parte dos bancos está tendo uma queda brutal, se comparada com a procura por parte dos consumidores, que também encolheu”, diz Rabi, da Serasa Experian.

O medo de emprestar e não ter o dinheiro de volta fez as instituições financeiras não só ficarem mais rigorosas na aprovação de financiamentos, mas também embutirem um risco maior

FINANÇAS PESSOAIS

Um terço dos devedores renegocia dívidas, mas não consegue pagá-las

Brasileiro desconhece o próprio orçamento, mas já é possível encontrar ajuda psicológica e serviços que renegociam ou refinanciam as dívidas

Yolanda Perdigão

O brasileiro está cada vez mais acostumado a pagar com cartão, comprar e restaurantes para quitá-los em débito, mas, ainda assim, um terço da população que renegocia o pagamento não está conseguindo honrar as dívidas. Segundo o levantamento da Fundação de Economia e Estatística da Fapesp, para quem está nessa condição, é possível encontrar serviços especializados na renegociação ou refinanciamento das dívidas e buscar ajuda psicológica.

"Falar de dívidas é um tabu, ainda mais se for sobre dívida. As pessoas não sentem para falar o quanto gastaram e quanto", diz a economista-chefe do Serviço de Proteção ao Consumidor (SPC Brasil), Marcela Kawachi. Pesquisa da empresa junto com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) aponta que seis em cada dez brasileiros não sabem quanto devem.

O inadimplente precisa começar pagando no papel todas as dívidas, verificando as suas contas (com maior juros) e chegando o saliente líquido após todos os descontos. Desde 2013, a Fundação Procon SP oferece ajuda profissional a superendividados, aqueles cuja dívida ultrapasse 10% do salário mínimo. Após preencher uma planilha financeira e passar por uma triagem, que inclui uma reunião, uma reunião, o Brasil oferece orientações. Em algumas, especialistas fazem a intermediação com



Dívida. Muitas arrastam dívidas para limpar o nome

gestão da dívida com bancos e outras empresas. Uma opção é ter as dívidas cartão, como o cartão de crédito, cujo juro foi de 421,9% ao ano em fevereiro, por mais baixas. Há empresas que especializam-se em dívidas e refinanciam, como a Navi, onde é possível tomar um empréstimo com garantia imobiliária no de auto-motiva. No caso em que o título não é a garantia, a taxa de juros atual é de 18,86% ao ano e o empréstimo soma até 10% do valor do bem. As parcelas são de, no máximo, 10% do rendimento líquido e o prazo é de até 12 anos.

"O cliente pode tomar novo empréstimo para vários fins, mas cerca de 60% usam o serviço para consolidar dívidas", afirma o presidente da Navi, Luis Pedro Soares. A renegociação é o desenvolvimento da dívida, por um juro menor. Uma das maneiras de trabalhar o problema da dívida consis-

te em pagar a dívida com parcelas fixas por mês. "Não deixa de ser um documento, pois indica que, quando compra, compra, compra, não fica com o cartão em casa", diz Marcela do SPC Brasil.

Além da falta de educação financeira nas escolas e de centros em casa, a desinformação é motivada pelo fato de o próprio sistema ao crédito ser um fechamento recente, lembra Thiago Ribeiro, vice da aplicativo Gaudêncio, que ajuda os usuários a controlar o movimento das contas e cartões. "O banco do crédito é recente, depois dos anos 2000. Tinha-se de uma primeira geração que está tendo acesso ao crédito e aprendendo a usá-lo", avalia.

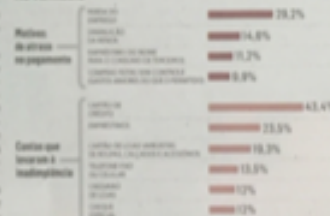
A situação em enfermagem também é ruim. De 17 anos, tem acesso a crédito de crédito e cheque especial sem 18 anos, após começar a trabalhar. "Eu me desentendi por vários motivos, era muito novo, não tinha a idade de começar na carreira política, não tinha a idade para começar a trabalhar e não tinha a idade para começar a trabalhar", avalia.

A saída do vermouth veio em 2013, depois que se tornou um empréstimo. A dívida foi paga e chegou a ser vista a renda líquida de 10%. "Comecei a me incomodar, pois vi que eu só gastava com bebidas. Se precisava comprar algo sem precisar pagar, eu não precisava pagar, eu não precisava pagar, eu não precisava pagar", avalia.

RAIO X DO INADIMPLENTE

• Crise fez brasileiro apertar as contas e quem não estava preparado caiu no grupo de devedores

No vermouth



Descontrole financeiro

Seis em cada dez

brasileiros não sabem quanto devem pagar

36% não sabem para quantas empresas devem

De total que renegocia o pagamento



Saldo do vermouth

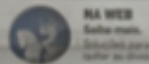
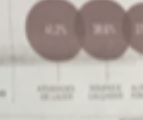
A dívida média de brasileiros inadimplentes ou em inadimplência é de

R\$ 3.422,29

O tempo médio para o pagamento das contas é de

16,4 meses

Cortes no orçamento para conseguir pagar a dívida

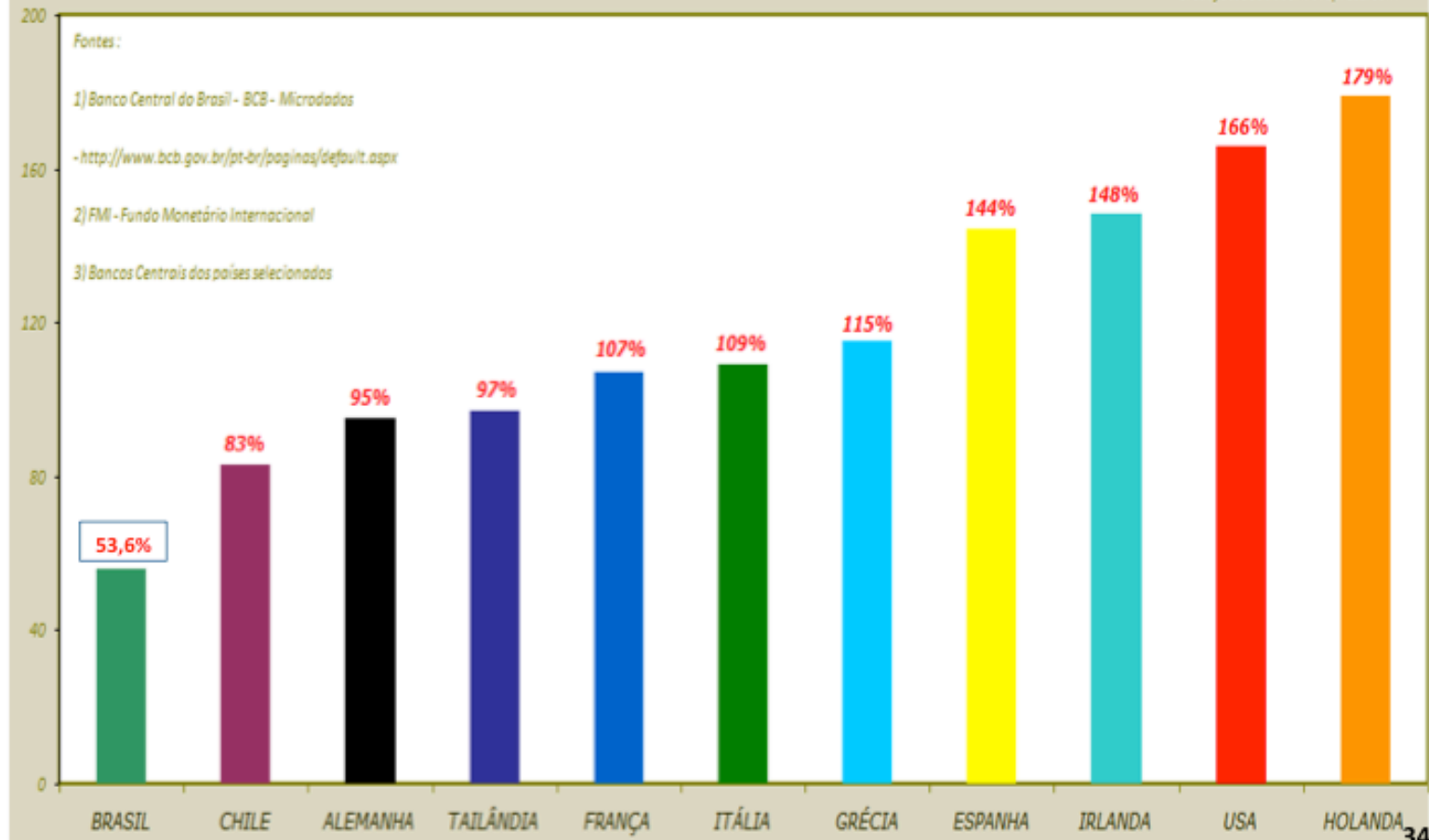


na.web.com.br/renegociacao

Crédito x PIB – em % do PIB 2015

BRASIL x Países selecionados

brasiltatosedados.wordpress.com



Crédito Imobiliário x PIB 2015

BRASIL x Países selecionados

brasiltatoseadados.wordpress.com

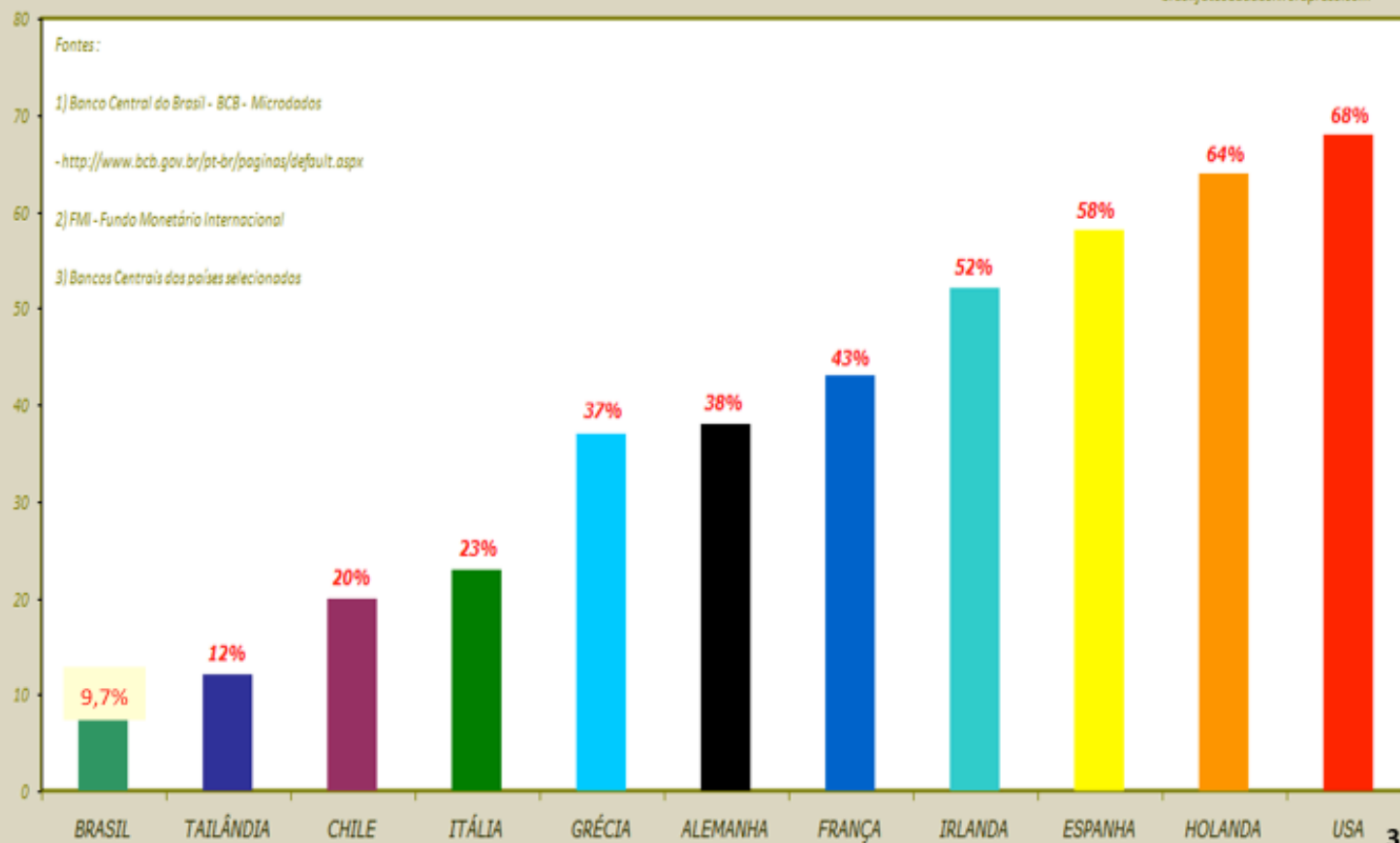
Fontes:

1) Banco Central do Brasil - BCB - Microdados

- <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>

2) FMI - Fundo Monetário Internacional

3) Bancos Centrais dos países selecionados



FINANCIAMENTO ao CONSUMIDOR da INDÚSTRIA da CONSTRUÇÃO é VITAL também para o BRASIL

PAÍS	TOTAL Crédito Privado / PIB	Crédito Imobiliário / PIB	Outros Créditos / PIB
EUA	160%	68%	92%
INGLATERRA	110%	75%	35%
ALEMANHA	105%	45%	60%
FRANÇA	87%	28%	59%
ESPANHA	80%	45%	35%
BRASIL	53,6%	9,7%	33%



O Perde & Ganha com a SELIC SELVAGEM de 14,25% aa

TRABALHADOR

Perde 10% ao ano

EMPRESA

Perde 8% ao ano

BANCO

Ganha 14,25% ao ano

APLICADOR FINANCEIRO

Ganha 12,85% ao ano



SELIC 3% AO ANO

14,25% aa → 3,00% aa

DESINDEXARÁ o BRASIL

Transfere a Aplicação do Overnight/CDI

para o Mercado de Ações



Investimento Produtivo

“Povo Brasileiro = Exija Juros Civilizados!!!”

SELIC 3% a.a.

Contra resposta aos Bancos que estão ganhando fortunas enquanto GOVERNOS, EMPRESAS, TRABALHADORES , CONSUMIDORES, POPULAÇÃO estão com suas conquistas em forte deterioração :

Bancos

1. Combate à inflação;
2. Fuga de investidores;
3. Perda de divisas;
4. Rentabilidade do sistema financeiro;
5. Redução no número de empréstimos;

➤ **Participação de Estrangeiros nos Títulos Públicos em 2015: 18,8%**

(Fonte: Tesouro Nacional)

Economia Moderna

1. Foco no crescimento e no emprego;
2. SELIC 3% a.a. + spread garante ganhos extraordinários aos Bancos;
3. SELIC 3% a.a. garante ganhos extraordinários ao Investidor estrangeiro (imposto é menor no Brasil), também ao Investidor Doméstico;
4. Garante entrada de divisas.
5. Rentabilidade ainda superior ao resto do mundo;
6. Crescem as concessões de empréstimos.

Governadores - Prefeitos – Bancada Federal - Empresários
- Trabalhadores – Consumidores - Movimentos Sociais
– Povo Brasileiro

Propomos que conduzam o “REPOSICIONAMENTO da SELIC”
agindo como **“INCONFORMADOS”** com a SELIC
praticada no BRASIL, quando comparada com a SELIC dos
PAÍSES bem sucedidos como América do Norte, Espanha e
México.



O Departamento de Economia do Mestrado em Desenvolvimento Regional da ALFA está à disposição, para consultas e esclarecimentos pelo sucesso desta “Revolução Econômica” no Brasil.

- Prof^º. Ms. Aurélio Troncoso
aurelio.troncoso@alfa.br
- Prof^º. Dr. Marcelo Ladvocat
marcelo.ladvocat@alfa.br
- Fones: (62)3272-5119 e 3272-5000